



Revista do Instituto de Estudos  
Brasileiros  
ISSN: 0020-3874  
revistaieb@usp.br  
Universidade de São Paulo  
Brasil

Gorelik, Adrián  
Modelo para armar: Buenos Aires, da crise ao boom  
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 46, 2008, pp. 9-28  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641268001>

- [Como citar este artigo](#)
- [Número completo](#)
- [Mais artigos](#)
- [Home da revista no Redalyc](#)

revista do ieb n 46 p. 9-28 fev 2008

## **Modelo para armar: Buenos Aires, da crise ao boom<sup>1</sup>**

Adrián Gorelik<sup>2</sup>

### **Resumo**

Em muito pouco tempo, Buenos Aires passou de uma situação de crise social, política e urbana, que parecia terminal, a um novo *boom* turístico e econômico, que fez renascer das cinzas as representações mais autocomplacentes da cidade. O artigo busca explicar que esta passagem não foi produzida pela superação da crise, ao contrário, o *boom* só foi possível graças ao efeito disciplinador da crise, e especialmente, à fratura social que se cristalizou. Procura mostrar que os principais aspectos urbanos que caracterizam o *boom* são continuação direta dos processos começados nos anos 1990, responsáveis pela crise de 2001. E busca explicar o papel, neste ciclo de crise e *boom*, dos dez anos de governos “progressistas” na cidade.

### **Palavras chave:**

Buenos Aires, crise urbana, *gentrification*, espaço público

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em *Punto de vista*, n. 84, p. 33-39, abril de 2006. Tradução e notas de Ana Claudia Veiga de Castro.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Nacional de Quilmes (Argentina).

## Buenos Aires, from the crisis to the boom

Adrián Gorelik

### Abstract

In a short time Buenos Aires pass by from a social, political and urban crisis which seemed terminal, to a new touristic and economic *boom*, which has caused a rebirth from ashes of the most selfcomplacent representations of the city. The article tries to explain that this transition from crisis to *boom* didn't mean an overcoming of the crisis but, on the contrary, the crystallization of the social fracture caused for the crisis itself. It tries to show how the main urban aspects which distinguish the *boom* represent a direct continuation of the urban process of the decade of 1990, responsible of the crisis of 2001. And it tries to explain the role – in this cycle of crisis and *boom* – of ten years of “progressive” government in Buenos Aires.

### Keywords

Buenos Aires; urban crisis; gentrification; public space

## A crise no boom

Uma das imagens mais recorrentes para falar de Buenos Aires nos últimos tempos é a do *boom*, a ponto de ser difícil lembrar o estado de espírito dominante não há tanto tempo, quando só se falava em crise, a cidade era representada como um campo depois da batalha e todos concordavam que, finalmente, ela havia topado de frente com o destino latino-americano do qual acreditara ter escapado. Da crise ao *boom*, o tempo passou muito rápido em Buenos Aires. Tão rápido que as análises do *boom* se confundem sem que tenhamos começado ainda a entender a crise.

Para compreender como se passou de um momento a outro, a primeira coisa que precisamos reconhecer é que no núcleo mesmo da *débâcle*, no início de 2002, começaram as interpretações eufóricas. No início ocorreu o *boom* da sociedade civil mobilizada, como se o ativismo frenético ou as ações solidárias de alguns setores pudessem redimir a sociedade das opções coletivas tomadas durante a longa década de 1990 e, sobretudo, como se a própria mobilização fosse uma resposta à crise e não um de seus sintomas mais agudos. Em seguida, foi o *boom* cultural apresentado em termos épicos: cada iniciativa do sempre pródigo cenário portenho foi lida como um renascimento das cinzas; especialmente aquelas tantas que buscaram vinculações explícitas com a crise, da alquimia miserabilista de *Eloísa cartonera*<sup>3</sup> ao produtivismo engenhoso de Churba<sup>4</sup>, ou ao voluntarismo quase religioso dos centros culturais criados em fábricas reabilitadas. Não é fácil encontrar uma discussão que naquele momento levasse em conta os caminhos variados que o ressurgimento do compromisso artístico tomava: todas as iniciativas pareciam contribuir com seu grãozinho de areia para a grande epifania de criatividade infinita dos argentinos. Era uma perspectiva otimista, na qual curiosamente se uniam a simplicidade populista do filme *La toma*<sup>5</sup> e o esnobismo *naïf* das

---

<sup>3</sup> Projeto artístico com pretensões sociais e comunitárias que reúne artistas, escritores e catadores em intervenções artísticas e editoriais, a partir da compra de material dos catadores para a produção das mesmas. Participou da 27<sup>a</sup> Bienal de São Paulo “Como viver junto” (NT).

<sup>4</sup> *Designer* de moda argentino que durante a crise começou a desenvolver projetos de *design* têxtil com cooperativas de desempregados, para exportação (NT).

<sup>5</sup> Documentário dirigido por Avi Lewis e Naomi Klein em 2004, sobre as fábricas abandonadas pelos donos nos anos 1990 na Argentina, ocupadas e reabilitadas pelos trabalhadores do Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas (NT).

colunas de Alicia de Arteaga, sempre disposta a encontrar nos menores acontecimentos artísticos de Buenos Aires as marcas de seu destino manifesto como capital cultural, no *La Nación*<sup>6</sup>.

Em relação direta com este *boom* cultural, observa-se um *boom* turístico peculiar, como bem exemplificam as visitas de Naomi Klein durante a realização de *La toma*: o turismo militante. Finalmente, a crise colocou Buenos Aires no mapa global do ativismo (e a saída da conversibilidade dólar-peso, no mapa dos destinos acessíveis em termos econômicos).

Iniciaram-se, assim, os *pique-tours* vendidos em Nova York (seguindo o exemplo dos *zapa-tours* mexicanos, na moda em temporadas anteriores) e também os *villa-tours* da autogestão local<sup>7</sup>. E se multiplicaram os projetos político-culturais radicados em Buenos Aires, como o do artista suíço que vende *souvenirs* de catadores pela Internet, ou o da exposição “Ex-Argentina”, montada em Colônia durante a crise por artistas alemães e argentinos (cuja segunda parte se realizou em Buenos Aires, em fevereiro de 2006, com o nome “La normalidad”, no Palais de Glace)<sup>8</sup>.

Todos esses epifenômenos da crise tinham o papel ambíguo de denunciá-la, ao mesmo tempo em que colocavam em evidência a vitalidade da sociedade que a sofria, dando à denúncia uma coloração particularmente otimista. E isto talvez seja uma constante em Buenos Aires: o modo como as visões externas têm freqüentemente contribuído para alimentar a tão particular tendência à auto-indulgência. De toda forma, esses *booms* mantinham vivos os vestígios da crise da qual surgiam: eram efeitos de leitura, perspectivas sobre uma tragédia que

---

<sup>6</sup> Colunista do jornal *La Nación*, assina semanalmente a coluna “Martes visuales” e escreve na página de “Artes” do suplemento cultural de domingo (NT).

<sup>7</sup> *Pique-tours* foi a denominação que se deu às excursões turísticas que percorriam os *piquetes*, como foram chamadas as interrupções de ruas ou estradas por movimentos de protesto, em geral de desempregados. Como já havia ocorrido a partir da afluência turístico-militante a Chiapas, essas excursões também se organizaram em agências “alternativas” em Nova York. Os *villa-tours* são as excursões de turistas estrangeiros às “villas miseria” (favelas), que continuam sendo realizadas até hoje, através de um empreendimento econômico que conta com a participação das organizações dos favelados (NT).

<sup>8</sup> Mostra internacional com mais de 45 artistas, montada na Alemanha de 6 de março a 16 de maio de 2004 e depois em Buenos Aires, entre 15 de fevereiro e 19 de março de 2006, com obras que pretendiam “discutir a crise”. Ver [www.exargentina.org](http://www.exargentina.org) (NT).

a sociedade experimentava com aguda sensibilidade. Porém, muito rapidamente, apareceram novos *booms* que começaram a oferecer significados distintos da crise, e Buenos Aires pareceu recuperar sem ambigüidades suas faces mais glamurosas. Os novos *booms* permitiram conjugar a crise no passado, realocando-a em um molde mais tranqüilizador como *excepcional transitório* (afinal, que grande cidade não tem também seus momentos de crise?).

Assim, aqueles “aspectos obscuros” da vida urbana de uma metrópole latino-americana, como os catadores, que durante o ano de 2002 foram descobertos com um misto de horror e sentimento de urgência – quanto estivessem ali há muito tempo, à vista de quem tivesse olhos para ver –, deixaram de aparecer como sintoma de falhas estruturais e coletivas. Uma vez mais se naturalizaram, convertidos em cenografia da vida cotidiana da cidade incômoda apenas em suas manifestações mais extremas, e se retiraram novamente à sua condição de invisibilidade. Sem a discussão das causas profundas da crise e sem políticas que buscassem enfrentá-las (alimentando-se a crença de que se tratava simplesmente de esperar passar a tempestade e retomar um caminho virtuoso que desandara nos anos 1990), passou-se muito rápido a um novo patamar de normalidade. No entanto, há algo mais que normalidade: o fato de a saída da crise ter assumido a forma de um *boom* urbano diz muito sobre esta sociedade bipolar. O *boom* supõe um *plus* celebratório e exitoso, que não só ignora as razões da situação de emergência econômica e social, como ainda as devolve contra suas vítimas mais indefesas.

Desse modo, hoje o *boom* urbano implica de saída a idéia de uma reativação explosiva e celebratória, reconhecível num simples olhar para o circuito turístico e para o mercado imobiliário. O turismo pela primeira vez se converteu em um fenômeno palpável em Buenos Aires: trata-se agora de um turismo convencional, muito mais numeroso que o dos primeiros contingentes militantes, o qual registra da crise apenas os baixos preços em termos internacionais. A diferença econômica que o viabilizou tornou possível ainda o milagre de levantar dois mortos da tumba: o tango e a calle Florida. Mas há também um turismo para o circuito cultural local, que busca a diversidade e a complexidade da temporada teatral, os festivais de cinema ou o movimento do mercado de arte com suas expressões tipicamente urbanas e globais, como as *gallery nights*. Esse turismo, com sua mescla de paternalismo e de gosto pelo pitoresco inerentes ao olhar estrangeiro, valoriza em Buenos Aires uma dupla diferença: maior energia social em relação às

cidades desenvolvidas e maior densidade cultural e urbana em relação às outras cidades latino-americanas. Também por essa via Buenos Aires se encontra com sua imagem predileta, recuperando suas mais rançosas representações.

O outro *boom*, o do mercado imobiliário, autonomizou-se mais radicalmente dos últimos rastros da crise, superando as vantagens relativas da desvalorização, já que os preços em dólar chegaram a níveis muito maiores que os dos melhores momentos da conversibilidade da década de 1990. Mas só em algumas zonas da cidade, é claro, porque a grande novidade deste *boom* imobiliário – a marca implícita com que definitivamente a crise também se manifesta nele – é a fragmentação. Os valores dos terrenos e da construção nos diferentes bairros foram sempre muito semelhantes em Buenos Aires (resultado de um mapa social também bastante homogêneo); em oposição, hoje assistimos a diferenças de preços que variam de cinco a seis vezes entre uma e outra área da cidade. A recuperação não é igual para todos, e o que nem os diagnósticos mais otimistas do *boom* podem ocultar é a consolidação dos abismos sociais e econômicos que se abriram com a crise, sua cristalização, simultânea a sua naturalização, o extraordinário efeito disciplinador que a rapidez do ciclo crise-*boom* produz. Se historicamente os mapas sóciourbanos da área metropolitana de Buenos Aires reconheciam ou uma graduação norte-sul ou um esquema concêntrico de diminuição progressiva da renda do centro à periferia, um mapa dos valores imobiliários de Buenos Aires de hoje poderia ser lido como o gráfico da sociedade pós-crise: a potencialização escandalosa – mais escandalosa ainda porque silenciosa – do arquipélago urbano que começou a se desenhar nos anos 1990.

Porém, o mais notável do *boom* imobiliário é que, à diferença de outros registros dos estados de espírito da sociedade, que estigmatizaram em bloco os anos 1990, nele particularmente ninguém parece importar-se com o fato de que tudo ali remete àqueles anos, como se o desenvolvimento urbano de então não tivesse tido nada a ver com seu desenlace crítico. Os bairros fechados se reanimaram a ponto de Nordelta<sup>9</sup>, o modelo de cidade privada mais ambicioso que parecia ter sido posto em xeque pela crise, ser relançado com sucesso. E a tipologia que

---

<sup>9</sup> Cidade-condomínio fechada no delta do Rio Tigre (a 30 Km de Buenos Aires), lançada em 1992 como a primeira “ciudad-pueblo” da Argentina, conta atualmente com 9 bairros (NT).

lidera o *boom* imobiliário é um produto típico dos anos 1990: a “torre-country”, chamada no jargão imobiliário de “torre Premium”, foi utilizada em 47% dos projetos residenciais do ano de 2005<sup>10</sup>.

A “torre-country” é uma torre que se isola dentro da quadra para ganhar as possibilidades de maior altura que continuam sendo concedidas pelo Código de Edificação instaurado pela ditadura (responsável nos anos 1970 pela multiplicação de torres que saturou o bairro de Belgrano). Porém, traz dois elementos novos em relação às torres tradicionais: os “serviços de *country-club*” – jardins, piscinas, quadras de tênis, campos de golf, salões de festa etc. – e o muro de proteção em volta. Em termos de mercado, tudo indica que o verdadeiramente decisivo para o êxito da torre-country é a oferta de segurança, já que, à diferença dos demais serviços, as muralhas fazem algo mais que garantir necessidades simbólicas de *status*<sup>11</sup>.

---

10 Segundo um informe da Inmobiliaria Ramos, citado em *Arg*, suplemento de arquitetura do jornal *Clarín* (27/12/2005, p. 20), já no final dos anos 1990 a torre-country estava na ponta do desenvolvimento imobiliário: Pablo Cicolella mostrou que em 1998, frente à maior espetacularização dos bairros fechados, as torres-country sem dúvida somavam o dobro dos lucros da indústria da construção, sendo o principal investimento econômico em toda a área metropolitana. Ver CICOLELLA, Pablo. Globalización y dualización en la Región Metropolitana de Buenos Aires. *Eure*, Santiago do Chile, n. 76, 1999. Sobre o fenômeno das torres-country pode-se ver GUERRA, Max Welch; VALENTINI, Paula. *Torres jardín en Buenos Aires. Proyecciones de una tipología habitacional*. In: GUERRA, Max Welch (Ed.). *Buenos Aires a la deriva. Transformaciones urbanas recientes*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005.

11 No artigo citado, Welch Guerra e Valentini mostram a mesquinhez dos “desenvolvimentos paisagísticos” nas plantas das torres e a desproporção entre os serviços e os habitantes. Por exemplo, uma quadra de tênis ou uma churrasqueira para 100 apartamentos, o que em muitos casos se resolve cobrando-se um adicional para seu uso ou com normas de proibição (como proibir as cadeiras próprias nos jardins, para evitar que haja mais gente que a determinada pela quantidade de espreguiçadeiras instaladas). GUERRA, Max Welch; VALENTINI, Paula. *Torres jardín en Buenos Aires. Proyecciones de una tipología habitacional*. In: GUERRA, Max Welch (Ed.). *Buenos Aires a la deriva: transformaciones urbanas recientes*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005. p. 88-89. Ver também a série de notas publicadas por Mario L. Tercco na página da web “Café de las ciudades”: TERCCO, Mario L. *Los deseos imaginarios del comprador de Torre Country*. Ano 4, n. 33, jul. 2005; TERCCO La génesis de Torre Country. Ano 4, n. 34, ago. 2005. Disponíveis em: <http://www.cafedelasciudades.com.ar/>. Acesso em: abril de 2006.

Nos anos 1990, quando a novidade mais notória eram os bairros fechados suburbanos, alguns quiseram ver nas primeiras torres-*country* uma alternativa progressista: argumentava-se que sustentavam valores da cidade central ante os setores sociais que protagonizavam a mudança para a periferia. Mas ambas as tipologias fazem parte da mesma lógica de “bolsões de riqueza” dos anos 1990: a torre-*country* é a colonização da cidade central por esta lógica de funcionamento urbano que nasceu com os bairros privados nas zonas mais distantes da periferia e que se complementa com as autopistas e os megacentros de consumo e espetáculo. Trata-se de uma tipologia de enclave, de dispositivos enclausurados que dão forma urbana à polarização social ativando a decadência das redes públicas da cidade. Com a torre-*country*, além da ruptura sistemática da trama urbana, desaparece a riqueza pública da rua, convertida em terra de ninguém, trocando-se, a um custo social incalculável, a segurança coletiva dada pelo uso intenso e múltiplo da rua urbana por algumas migalhas de segurança atrás das grades.

### Palermo: os espectros do espaço público

É possível encontrar exemplos de torre-*country* em muitas partes da cidade, já que, ao assumir o enclausuramento e a recusa ao público como seu principal argumento, a torre se converte em um enclave potencialmente ideal para ser inserido também em bairros degradados, aproveitando-se o menor valor da terra e estendendo sua oferta à base da pirâmide social. Mas os dois bairros em que a tipologia prosperou a ponto de definir seu perfil são Puerto Madero e Palermo<sup>12</sup>. No caso de Puerto Madero, toda a área funciona como uma *gated community* (aberta ao turismo ocasional), com altíssimos níveis de isolamento, e assim as torres-*country* não fazem ali senão potencializar sua peculiar urbanidade e os extraordinários *standards* gerais de segurança (para além da vontade dos projetistas do *Masterplan* que acreditavam continuar no Puerto a lógica pública de quadras de Buenos Aires, não contando que a lógica social e econômica de enclave terminaria impondo-se pelo

---

12 Segundo um informe reproduzido na seção Economía & Negocios do *La Nación* (21/02/2006, p. 3), 83,4% das construções de habitação de luxo em Buenos Aires estão concentradas nesses dois bairros.

caráter social e pela localização urbana do empreendimento). A proliferação da torre-*country* em Palermo, pelo contrário, é parte de um processo complexo de renovação e transformação de um tecido social e urbano existente. O núcleo da transformação localiza-se no que hoje se chama Palermo Nuevo (no eixo da avenida Bullrich), mas já se estende ao longo da avenida Juan B. Justo como uma cunha dinâmica que se vai introduzindo nas duas porções de Palermo Viejo, as quais a imaginação imobiliária chamou de Palermo Soho e de Palermo Hollywood<sup>13</sup>.

É interessante perceber que Puerto Madero e Palermo são as zonas mais dinâmicas no atual movimento econômico da cidade, igualadas pelo sucesso tipológico da torre-*country*, porque estes bairros costumam ser apresentados como paradigmas urbanos opostos, que marcariam os dois momentos sucessivos da cidade recente, os anos 1990 e o ciclo pós-crise. Puerto Madero foi sem dúvida o cartão postal mais expressivo de Buenos Aires durante os anos 1990: o empreendimento deu à cidade um papel de liderança regional em termos do *marketing* urbano, sendo uma das primeiras e mais chamativas operações latino-americanas de “planejamento estratégico” que se impunham internacionalmente como a nova modalidade de gestão da cidade. E esse novo protagonismo teve seu correlato interno nas funções econômicas e simbólicas que o Puerto cumpriu, convertendo-se no principal setor de desenvolvimento imobiliário e na imagem desejada para a modernização de Buenos Aires, capaz de lhe permitir ingressar pela porta da frente nos novos tempos da globalização. Desde a crise, entretanto, ainda que o desenvolvimento da urbanização do Puerto se tenha completado e que seus preços tenham disparado e embora os turistas continuem visitando a área, seu caráter representativo mudou: continua sendo um postal, mas não mais de Buenos Aires e sim dos anos 1990 – da combinação de glo-

---

13 Sobre o desenvolvimento de torres-*country* em Palermo, ver as duas notas da página da web “Café de las ciudades”: SZAÑBERG, Daniela; CORDARA, Christian. “La transformación de Palermo Nuevo, Pacífico y el eje de Juan B. Justo – Int. Bullrich. Desarrollo inmobiliario selectivo en la ciudad de Buenos Aires”, e RICOT, Carmelo. “El Nuevo Orden Palermítano. Comienza la fase de post-boludización”. *Café de las ciudades*, ano 4, n. 35, set. 2005. Disponível em: <http://www.cafedelasciudades.com.ar/>. Acesso em: abril de 2006. NT: Palermo Hollywood começou a ser chamado assim na década de 1990, devido à concentração de estúdios de filmagem e de canais de televisão nesta zona de Palermo e Colegiales. Por extensão, a zona de Palermo Viejo na qual se concentram lojas de *design* começou a ser chamada de Palermo Soho.

balização financeira, frivolidade urbana e negócios sujos que uma figura como Alan Faena<sup>14</sup> encarna perfeitamente.

Contrariamente, a partir do mesmo momento de crise, Palermo emergiu como o cartão postal da mudança, capaz de reconciliar a cidade com as cenas e os valores mais atuais. Claro que nesta representação o desenvolvimento das torres-country passa para segundo plano e desponta o fenômeno do circuito cultural, comercial e gastronômico de Palermo Viejo; no entanto, veremos que ambas as faces devem ser pensadas em conjunto. O Palermo que se constrói como emblema alternativo às luzes estridentes dos megaempreendimentos de enclave, típicos dos anos 1990, é o bairro tradicional da densa trama comunitária e o espaço urbano afável no qual, além disso, o explosivo sucesso comercial associado ao *design* e à cultura jovem pareceu ser, nos momentos posteriores à crise, a ilustração urbana do “viver com o nosso”<sup>15</sup>.

É possível dizer que Palermo Viejo vinha preparando-se para esse papel desde os anos 1980. Seu patrimônio de velhos casarões deteriorados com escasso valor relativo de mercado ao longo de tranqüilas ruas arborizadas deslocou para lá o interesse inicial pelo bairro histórico de San Telmo (muito protegido por restrições legais) de camadas de profissionais liberais, com alta concentração de arquitetos, que em Palermo se encontraram ainda com a idéia de “bairro” como meio ambiente urbano ideal. Tal idéia unia nos anos 1980 um tipo de programa arquitetônico (a restauração historicista da habitação individual em oposição à paixão modernizadora pela habitação coletiva das décadas anteriores), um tipo de operação urbana (o “urbanismo do pequeno”, em voga no debate internacional com o exemplo dos primeiros exercícios de microtransformação de Berlim, em contraste com as pomposas operações do planejamento tradicional) e um tipo de articulação cidade-sociedade civil que o pensamento social começava a formular em todo o mundo como a chave para a vida democrática, o espaço público.

O “bairro” foi um espaço denso nos anos 1980 porque articulou questões candentes da cultura política e da cultura

---

14 Jovem milionário empresário do ramo da moda, projetou em Puerto Madero o bairro Faena, composto de um complexo residencial e cultural, com edifícios, *shoppings*, parques, bares, restaurantes e um hotel, projetado por Phillippe Starck, e que continua atualmente com novas instalações projetadas por Norman Foster (NT).

15 “Vivir con lo nuestro” foi o lema cunhado pelo economista nacional-desenvolvimentista Aldo Ferrer como proposta para enfrentar a crise criada pela conversibilidade.

urbana em um *romance do espaço público*, que em Buenos Aires também podia alimentar-se da memória de uma longa tradição. Nesta, mesclavam-se momentos-chave da cultura portenha (o tango, Borges) com um desejo associativista dos setores populares (que a historiografia estava começando a exumar) através do qual parecia possível encarnar os valores mais caros da transição democrática<sup>16</sup>. Assim se explica a ativa política municipal que nos anos 1980 buscou consolidar redes de participação social e cultural, aplicando na idéia de bairro a vontade descentralizadora e antiburocrática que estava no ar naquele momento. Formaram-se os conselhos de vizinhos, os centros culturais de bairros e foi mobilizada toda uma série de iniciativas, como as oficinas de história oral ou a recuperação da rede de pequenos clubes, deixando inscrito no bairro um sentido comum progressista que associa o consenso sobre a necessidade de divisão da cidade em comunas, registrado na Convenção Constituinte de 1996, à febre assembleísta de 2002<sup>17</sup>.

Pois bem, Palermo foi vanguarda disso tudo e seu exemplo mais perfeito, a ponto de – inclusive na atual frivolidade generalizada – ainda guardar resíduos em algumas das respostas originais e eficazes à miséria urbana, como as que vem realizando desde 2001 a Sociedade de Fomento de Palermo Viejo com a cooperativa de catadores El Ceibo, cujo plano piloto de reciclagem é tomado pela prefeitura da cidade como modelo para o anunciado plano de Basura Cero [Lixo zero]<sup>18</sup>.

---

16 Analisei com mais profundidade o modelo de funcionamento desse *romance do espaço público* na cultura urbanística dos anos 1980 até a atualidade, através das mistificações do “planejamento estratégico” em GORELIK, A. El romance del espacio público. *Block*, Buenos Aires, CEAC-UTDT, n. 7, p. 8-15, 2006.

17 Durante todo o ano de 2002, no momento de maior vazio político na Argentina, organizaram-se e funcionaram assembleias em diversos bairros da cidade de Buenos Aires, formadas fundamentalmente por setores da classe média que pretendiam constituir-se como alternativa à política tradicional (seu grito de guerra era “¡Que se vayan todos!”). Alguns analistas políticos muito voluntaristas viram nessas assembleias o germe de um novo tipo de democracia radical, porém não puderam dar nenhuma explicação sobre seu desaparecimento fulminante logo após superada a parte mais aguda da crise (NT).

18 Após o marco do clima social produzido pela crise e pela proliferação dos catadores na rua, a prefeitura da cidade de Buenos Aires se viu obrigada a anunciar um plano mestre de coleta de resíduos com práticas de reciclagem, a partir do modelo realizado por uma cooperativa de catadores, após décadas da coleta de lixo em Buenos Aires ter sido conduzida por grupos econômicos poderosos quase sem controles públicos. Obviamente, ainda não se começou a aplicar esse plano mestre. Sobre este tema, ver GORELIK, Adrián. El paisaje de la devastación. *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 74, dez. 2002.

Mas, apesar desse caráter simbólico, ou talvez justamente por ele, Palermo também expressa, com seu extraordinário sucesso imobiliário e comercial – superior aos típicos exemplos dos anos 1990, o bairro fechado e o *shopping center* –, a queda das esperanças urbanas da década de 1980. Converte-se, assim, em um excelente guia do itinerário percorrido pela cidade desde então: o fracasso da suposição de que o desenho fragmentário da cidade podia recuperar a pequena escala de intervenção qualitativa, revalorizar a trama tradicional da cidade, retomar a identidade do lugar com seus habitantes e propor novos mecanismos de participação e decisão. Era isso o que propunha o “planejamento estratégico” como substituição progressista do planejamento tradicional: tornar operativo *o romance do espaço público*. Entretanto, se a qualidade do espaço público de Buenos Aires esteve tradicionalmente apoiada em uma notável homogeneidade social, cultural e urbana estendida aos bairros, a qual mobilizava toda a cidade contra a instituição de zonas exclusivas, a partir dos anos 1990, ao contrário, a cidade tem funcionado como uma contínua desagregação de exclusivismos. E dentro desta lógica, o sucesso de um bairro tradicional como Palermo também cumpre seu papel.

Como pensar a transformação de Palermo nestes últimos cinco anos? Um modo possível, de acordo com o que se vê habitualmente em outras cidades, é perceber em sua reconversão explosiva em distrito *fashion de design* e de comida *gourmet* a primeira experiência de *gentrificação* em Buenos Aires. Sem dúvida, a palavra *gentrificação* não parece fácil de aplicar neste caso: como se sabe, é uma noção que alude à mudança de conteúdo social de um ambiente urbano por conta do relançamento de um patrimônio urbano ou edifício que ganhou um novo valor (graças a um processo de requalificação que começou sendo simbólico e cultural e rapidamente se converteu em econômico), e não parece ser isso o que ocorre em Palermo. Em todo caso, se algo parecido com *gentrificação* sucedeu ali, isso se deu nos anos 1980 quando começaram a chegar os primeiros arquitetos, comprando e restaurando casas. Mas talvez não, pois eles não chegaram a produzir grandes alterações no meio social. Na verdade, ainda hoje é difícil encontrar processos de *gentrificação* estritos em Buenos Aires. Não existiram nos casos de transformação radical, como em Puerto Madero, porque, à diferença do ocorrido no Porto de Londres, não havia no porto argentino população a ser deslocada – e essa ausência de conflito potencial foi um dos principais acertos da escolha do Puerto como foco de transformação “estratégica” da cidade. Tentou-se e se fracassou em Abasto. E agora se está tentando em alguns pontos seletos do velho sul industrial – com a ajuda

elegante das damas da Casa FOA<sup>19</sup>. Todavia, o modo de transformação urbana e social em Buenos Aires continua orientado em grande medida pelo paradigma da renovação, mais do que pela revalorização patrimonial. A respeito dessa modalidade principal, a grande mudança é que, se a cidade sempre havia acompanhado a extensa mobilidade da sociedade com transformações gerais, hoje estas transformações assumem a forma do enclave ensimesmado no qual os fragmentos sobreviventes daquela mobilidade se autocontêm e buscam destacar sua diferença: a torre-*country* é sua materialização mais extrema e perfeita.

Se examinarmos o circuito *fashion* de Palermo Viejo, veremos que o bairro continua apresentando um conteúdo social basicamente de classes médias, mas que estas têm usado o potencial imobiliário do bairro como mecanismo urbano para “se salvar” da crise, convertendo cada metro quadrado com frente para a rua em lugar passível de ser alugado para restaurante ou loja de *design*. Quando não são os próprios donos das residências que montam o empreendimento, cedendo ao filho que acabou de terminar a faculdade de *design* a garagem para uma nova loja. A banalidade do espaço urbano resultante e a fragilidade de sua oferta e de seu público (que lembram outras modas passageiras de Buenos Aires, como a explosão das locadoras de vídeo ou de pistas de patinação) tornam difícil levar a sério este exemplo como uma alternativa à cidade dos negócios e da fragmentação<sup>20</sup>. Entre a extinção de toda prática social e comercial que a torre-*country* produz nas ruas e a superexploração superficial que se vive nas ruas de Palermo, mais parecida com um cenário de comédia juvenil de uma produtora de Palermo Hollywood do que com um espaço público, esvazia-se o conteúdo da vida pública urbana.

É em Palermo Viejo que a convivência entre torres-*country* e bairro tradicional cumpre sua função global. Se o sucesso do bairro se constrói como um simulacro de alta qualidade urbana, trazendo ofertas culturais e comerciais que

---

19 Casa FOA é a feira de decoração organizada pela Fundación Oftalmológica Argentina, que se converte em um evento da alta sociedade e costuma antecipar tendências imobiliárias (NT).

20 O otimismo de alguns teóricos urbanos tem levado a ver na transformação de Palermo um “urbanismo entrópico”, produto de “sadias” transformações locais, frente ao urbanismo invasivo da globalização, à maneira de Puerto Madero.

parecem repor as características da cidade tradicional, com sua rica mescla de trabalho e ócio ao longo das ruas transitadas por multidões, esse sucesso também ocorre porque funciona como a contraface necessária da transformação mais ampla, a dos megaempreendimentos e a dos enclaves urbanos na cidade arquipélago. Como assinalou David Harvey, estes “lugares nodais de qualidade”, produzidos como atrativo cultural que remete aos valores urbanos tradicionais, converteram-se em uma peça central nas pretensões de competitividade dos territórios metropolitanos<sup>21</sup>. São espectros de espaço público, no sentido que Ulrich Beck dá a esse tipo de categorias que continuam operando nos discursos sobre o social, ainda que expressem fenômenos já irreconhecíveis nelas: categorias-zumbis<sup>22</sup>. O espaço público aparece então sob a forma de parque temático, espaço fantasma de uma vitalidade urbana recuperada no momento mesmo em que seu potencial de fazer cidade se extinguiu. São espaços nos quais parece recriar-se a vida urbana clássica, mas apenas como um complemento necessário que a cidade deve oferecer para seu funcionamento mais eficaz dentro das novas condições. Os fragmentos do arquipélago parecem manter as qualidades do espaço público; contudo, longe de servirem como antídoto capaz de inocular a poção revitalizadora para uma progressiva transformação geral do resto do sistema (a idéia econômica do derrame, que sustentou a ideologia do planejamento estratégico), funcionam como o valor diferencial que as cidades colocam no mercado territorial a fim de atraírem os capitais que garantam a contínua transformação, neste caso, a representada pela expansão das populações ensimesmadas nas torres-country.

Em que pesem todas essas mudanças, alguns setores de Palermo e vários outros em diversas partes da cidade continuam tendo uma espécie de potencial social, cultural e urbano; paradoxalmente, este potencial, ao invés de ser um incentivo para que se pense o sentido de uma reforma progressista, funciona de novo como consolação autocomplacente que impede a tomada de consciência de uma situação de constante decadência dos indicadores sociais e urbanos e barra o surgimento de um discurso público a respeito da vulnerabilidade de Buenos Aires e do mapa fragmentado e injusto desenhado

---

21 HARVEY, David. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003.

22 BECK, Ulrich; WILLMS, J. *Conversations with Ulrich Beck*. Cambridge: Polity, 2004.

pelas transformações das últimas décadas. Quando uma cidade naturaliza suas situações de indigência extrema, o mais provável é que não faça senão aumentá-las. Como sabem há muito tempo outras cidades latino-americanas, não é possível reunir as enormes energias sociais necessárias para enfrentar a pobreza urbana se o tema nem sequer está presente nas agendas cotidianas. E se os catadores puderam ser naturalizados, apesar do contraste flagrante com que se destacam na superfície brilhante do *boom*, o que resta para tudo aquilo que só aparece se nos damos ao trabalho de buscar detrás dessa superfície, como a infra-estrutura de habitação colapsada, o caos do transporte, as desigualdades abismais na provisão dos serviços? Por isso, é possível dizer que nada se aprendeu com a crise que, mais ainda que uma tragédia social, foi uma oportunidade perdida.

Uma boa metáfora do modo como se passou da crise ao *boom* pode ser encontrada na atitude diante do meio ambiente portenho: sabe-se que diariamente a cidade produz poluição a índices altíssimos, mas que, à diferença da Cidade do México ou de Santiago do Chile, em Buenos Aires, a cada noite o ar da planície varre tudo para, de novo, começar do zero. Dessa forma a sociedade gosta de imaginar seus problemas e suas soluções, magicamente, em um presente contínuo. Assim também funcionam entre nós as instituições e as políticas públicas da cidade.

### **Os limites do progressismo**

Mas seria justo contabilizar essas macrotransformações urbanas e sociais em um balanço das políticas públicas da cidade? Não são essas transformações produtos de decisões globais nas quais a cidade é apenas uma peça em um tabuleiro muito maior, carente de instrumentos para interferir nele? Esta forma de ver as coisas é uma tendência de boa parte da bibliografia sobre o tema urbano, especialmente a que põe em foco a noção de globalização. Costuma-se condenar uma série de processos gerais da economia urbana e seus efeitos sociais, ao mesmo tempo em que se podem apresentar como progressistas cada uma das micromedidas dos governos municipais, como se estas orbitassem em dimensões incomunicáveis.

Também se poderia argumentar que a melhor demonstração de que todas essas transformações não têm vínculo com as políticas públicas de *um* governo da cidade é que já haviam ocorrido com qualquer outro. E isso em parte, é claro, está certo. Mas em lugar de ser um argumento de justificativa, este deveria converter-se no principal argumento da crítica, ao

menos para qualquer governo que se auto-represente como progressista. E há que se lembrar que, desde que se proclamou a autonomia de Buenos Aires, em 1996, os partidos governantes identificados com o campo progressista têm sido os que protagonizaram a redação da Constituição da cidade<sup>23</sup>. Isto significa que um balanço da autonomia de Buenos Aires é ao mesmo tempo um balanço do progressismo portenho. E o que ocorreu em todo esse período com as políticas urbanas é um bom exemplo dos limites desse progressismo, ou melhor, dos limites do modo como em Buenos Aires se entende o progressismo.

Em primeiro lugar, deve-se dizer que foi justamente em relação a Buenos Aires que a Frepaso tomou uma das decisões que a levariam ao fracasso: sendo a sociedade de Buenos Aires sua principal base de apoio contra o menemismo, a Frepaso nunca aceitou o desafio de fortalecer uma alternativa a partir do governo da cidade, o desafio de converter Buenos Aires em um pólo ativo de reformas. A administração de Aníbal Ibarra foi o resultado deste fracasso, já que ele chegou ao poder sem uma proposta específica para Buenos Aires. Mas depois que o projeto político da Frepaso foi completamente extinto por sua responsabilidade no fracasso muito maior da Aliança em 2001, a administração de Ibarra ficou como sua última expressão solitária, quer dizer, como a única coisa que restou de qualquer possibilidade de progressismo. Este é o mal-entendido fundamental no qual sustentou seu sentido de “progressista”.

Trata-se de um progressismo capaz de renovar alguns discursos públicos, de colocar no centro do debate questões fundamentais, como os direitos humanos, a educação e a cultura (e como resultado disso obtiveram-se em Buenos Aires avanços importantes, como a Ley de Unión Civil<sup>24</sup>), mas que

---

23 Em 1996, em pleno menemismo, as primeiras eleições da Buenos Aires autônoma foram ganhas pelo radicalismo, com Fernando de la Rúa como prefeito da cidade; em 1998, De la Rúa ganhou a presidência da nação como candidato da Aliança, formada pelo radicalismo e pela Frepaso, uma coalizão de centro-esquerda fundamental na oposição ao menemismo; e a partir de 2000 Buenos Aires foi governada por Aníbal Ibarra, uma figura da Frepaso. Em fins de 2001, De la Rúa abandonou a presidência em meio à crise, porém Ibarra continuou governando a cidade, ganhou novas eleições em 2003, mas não terminou seu segundo mandato, pois foi destituído no começo de 2006 por um julgamento político realizado pelo Legislativo da cidade, que o considerou responsável pelo incêndio de uma discoteca que causou a morte de 192 pessoas (NT).

24 Lei que legaliza a união de casais, inclusive do mesmo sexo, válida desde abril de 2003.

escapa a toda tentativa séria de reforma da realidade da cidade e da própria estrutura institucional com a qual se governa. De modo que também as questões apresentadas como fundamentais nos discursos públicos ficam, no dia-a-dia da gestão, limitadas à criatividade pontual de funcionários isolados, sem apoio, debilitadas por políticas contraditórias e parceladas com critérios clientelistas (um sistema clientelista que já não é o dos velhos partidos, mas que leva a uma paralisia ainda maior, já que nem sequer se dominam os meios que os velhos partidos utilizavam para sustentar algumas políticas), em uma estrutura estatal que funciona com lógica própria. Um progressismo que em seis anos de governo da cidade nunca assumiu o desafio de propor uma agenda política de transformações urbanas. Há que se reconhecer ainda, nesta matéria, que os limites concretos que o progressismo assumiu em Buenos Aires se potencializaram com os limites aparentemente intransponíveis que o “planejamento estratégico” impôs à imaginação urbana.

A única coisa que o primeiro governo da autonomia, de Fernando de la Rúa, fez foi continuar a combinação de anúncios de boas intenções e de amparo público a grandes negócios privados – a grande inovação com a qual o governo de Carlos Grosso (o primeiro prefeito de Buenos Aires durante o menemismo, em 1989) marcou a década de 1990. E na primeira parte do governo de Ibarra, durante os anos 2000 e 2001, continuou-se a mesma inércia da “cidade dos negócios”. Convém recordar uma vez mais, como exemplo dessa inércia, que, quando a crise já avançava muito, o governo de Ibarra continuava exibindo como uma de suas principais políticas de estado a concorrência com o Rio de Janeiro para que o Museu Guggenheim instalasse em Buenos Aires sua sucursal latino-americana. Uma típica iniciativa da euforia globalizante que em Buenos Aires também leva a marca original do menemismo.

A explosão de finais de 2001 modificou o sistema de alianças e o sistema de discursos na cidade, mas não o modo de pensar a gestão e de imaginar sua relação com as questões políticas e urbanas. Durante 2002, o governo enfatizou uma política social sensível (sua atitude liberal frente aos catadores, por exemplo), de par com o que o próprio governo do presidente Eduardo Duhalde<sup>25</sup> realizava em escala nacional; em

---

25 Político do Partido Justicialista. Foi vice de Carlos Menem, renunciando para assumir o cargo de Governador da Província de Buenos Aires. Perdeu as eleições de 1998 para De la Rúa, mas foi eleito Presidente interino entre 2002 e 2003 justamente para sucedê-lo após a sua renúncia (NT).

termos urbanos, substituiu a equipe de planejamento herdada de De la Rúa (que continuava os negócios de então) por um grupo de profissionais capazes e sensatos, com algumas políticas pontuais dignas de elogio. Porém, essas mudanças se realizaram sem que surgisse a intenção de se imaginar um modelo diferente de cidade e de investir nele todas as energias políticas e institucionais. Pois bem, continuou-se vivamente o processo de desagregação das iniciativas superposto às políticas de nomes ribombantes: o Plano Urbano Ambiental, ao qual nunca se deu o respaldo político para que fosse aprovado pelo Legislativo; por outro lado, a Corporação do Sul; de outro, as políticas de serviços e as de transporte, e assim sucessivamente, com o exemplo notável de uma “Oficina do Plano Estratégico”, que não tem nada a ver com as demais. Por trás desses nomes, a realidade mostra que é impossível haver políticas públicas urbanas quando se vive no eterno presente da conjuntura, porque as políticas urbanas sempre implicam decisões de médio e longo prazo: o que parece muito para políticos que só pensam em medidas que apostam todo seu impacto no midiático e, logicamente, se esgotam nele.

Há um exemplo bastante atual da forma como o governo pensa os temas urbanos: o prolongamento do metrô. Este é um tema que parece encaixar-se perfeitamente no que se supõe ser o progressismo urbano, mas que na conjuntura de Buenos Aires opera, a um custo social imenso, nublando os verdadeiros problemas do transporte metropolitano e postergando *sine die* o tratamento de suas soluções. É sabido em todo o mundo que a chave dos sistemas de transportes metropolitanos não passa pelo “modo” (conduzido, enterrado etc.) e sim pela sua capacidade de coordenação. Pois bem, pensemos à luz desta chave a extensão da linha A do metrô. Projeta-se uma linha de metrô desde a Primera Junta a Liniers, a apenas 100 metros de distância da linha ferroviária que se pretende enterrar para formar o “corredor verde do oeste”, também da Primera Junta a Liniers. Se o transporte em metrô é uma das modalidades que requer os maiores investimentos, como se explica esse desperdício de projetar duas linhas paralelas a 100 metros de distância? O governo da cidade, com a energia publicitária que o caracteriza, apresenta uma das obras como uma questão de transporte e a outra como solução dos problemas de conexão norte-sul e da falta de espaços verdes na região, sem que nenhuma parte da estrutura da gestão pareça compreender os custos, presentes e futuros, da falta de coordenação. Coordenar o metrô com o trem é muito mais lento, mais difícil e menos rentável na política cotidiana que duplicar os custos e manter

a desarticulação endêmica do transporte em Buenos Aires. Não falemos em coordenar o metrô, o trem e os ônibus com projeção metropolitana: essa é uma tarefa de articulação técnica e política que seguramente excede o tempo de um governo. Mas a política, para transformar a realidade em um sentido progressista, tem que ser capaz de apostar em outra dimensão temporal.

Por isso, o governo tampouco incentivou uma discussão sobre leis de recuperação de mais-valias urbanas, em vigor em países como Colômbia ou Brasil; nunca propôs recuperar as políticas ativas de habitação; nunca sequer se arriscou a pensar os problemas críticos da relação da cidade com a região metropolitana, em termos sociais, ambientais ou econômicos. Hoje, como parte inevitável da reativação do mercado imobiliário e do maior fluxo de capitais no *boom*, voltaram com grande força os megaprojetos dos anos 1990, que haviam ficado em suspenso em 2001, como a urbanização de Retiro ou a expansão de Puerto Madero, e é óbvio que sua força econômica vai impedir qualquer aproximação com as questões fundamentais da cidade, decorrentes da crise que o governo não tratou naquele momento. Tal é o limite da mudança atual dos discursos ideológicos: é difícil encontrar discursos militantes do neoliberalismo urbano para acompanhar esses megaprojetos, como era habitual nos anos 1990, porém as políticas urbanas que se implantaram naquele momento não foram substituídas por um modelo diferente de cidade. A lucidez do neoliberalismo em diagnosticar na crise hiperinflacionária do final dos anos 1980 o colapso da cidade expansiva e em propor um modelo substituto (o da “cidade dos negócios”) não teve como resposta, na crise do final dos anos 1990, um diagnóstico, igualmente lúcido porém ideologicamente distinto, sobre a cidade criada por aquelas políticas. Neste sentido, a crise tampouco foi aproveitada para se refletir sobre a ausência de tramas institucionais e políticas de fundo. Essa ausência foi condição das políticas dos anos 1990 e de seu final explosivo, e já no marco do *boom* urbano atual não pode senão reproduzir-se.

Parece indiscutível que os limites objetivos que a economia urbana atual coloca ao pensamento e à gestão progressistas são muito sérios. Mas há uma tarefa impossível de ser abandonada para continuar sendo chamada deste modo: a construção pública dos novos horizontes do possível. Uma política reformista deveria ser capaz de apresentar à sociedade os problemas com os quais esta terá de se debater para apoiar uma transformação coletiva, propor estratégias de longo prazo para afrontá-los e, enquanto se dá a construção dos marcos

políticos e institucionais que as tornem possíveis ao longo do tempo, realizar ações pontuais, no mais das vezes mínimas, mas que apontem claramente para esta direção. Nisso repousa a possibilidade de uma agenda urbana reformista. Da crise ao *boom*, Buenos Aires deixou-a mais uma vez escapar.